

Economia Solidária ou Economias Solidárias? Multiplicidade a partir de experiências no Brasil

Igor Vinicius Lima Valentim¹

Resumo

Este texto foi escrito a partir de apresentação feita durante o II Congresso Internacional de Economia Solidária, realizado em maio de 2009 na Região Autónoma dos Açores, Portugal. Ele propõe aos leitores um passeio por experiências vivenciadas pelo autor em uma associação de reciclagem de resíduos sólidos localizada no sul do Brasil. Ao buscar cartografar algumas das vivências mencionadas, atento não somente ao visível, mas principalmente aos afetos, este artigo tem como objetivo refletí-las à luz de alguns dos referenciais da chamada Economia Solidária. Desta forma, o texto não pretende oferecer respostas prontas, mas incitar a busca por novos questionamentos e reflexões sobre esta outra economia, a qual se propõe baseada em valores tais como a solidariedade, a cooperação e o igualitarismo entre as pessoas.

Abstract

This text was written from a presentation made during the II International Congress of Solidarity Economy (*IIº Congresso Internacional de Economia Solidária*), which happened in May 2009 in the Azores Autonomous Region, Portugal. It proposes to the readers a ride through experiences lived by the author in an association dedicated to the recycling of solid residues located in the south of Brazil. While it looks to cartograph some of the mentioned livings, attentive not only to the visible but mainly to the affects, this article aims to reflect them in the light of some of the references of the called Solidarity Economy. This way, the text does not intend to offer ready

¹ Igor é um dos organizadores do livro *Residência Solidária UFRGS: vivência de universitários com o desenvolvimento de uma tecnologia social*, editado pela Ed. da UFRGS em 2006. Atualmente encontra-se Doutorando em Sociologia Econômica e das Organizações e membro associado do centro de investigação SOCIUS, ambos na Universidade Técnica de Lisboa, Portugal. Contato: valentim@gmail.com.

answers, but to incite the search for new questionings and reflections on this other economy, which is proposed to be based on values such as solidarity, cooperation and egalitarianism between people.

Introdução ou o que é esse texto?

As páginas deste artigo não expressam uma idéia fechada ou mesmo um texto acabado. Muito provavelmente, elas podem ser consideradas um trabalho não-acadêmico, não-científico, especialmente se forem avaliadas com base em alguns dos pressupostos da ciência contemporânea dominante, os quais buscam a padronização e a verificabilidade estatística dos dados apresentados como sinónimo de rigor.

Os objectivos deste texto não residem em trazer respostas prontas aos leitores sobre nenhuma questão levantada previamente. Ao contrário, eles se aproximam mais de incitar a busca por novos questionamentos e reflexões sobre a Economia Solidária, uma 'outra economia' a qual se basearia em valores tais como a solidariedade, a cooperação e o igualitarismo.

Para atingirmos os objectivos mencionados acima, convidamos os leitores para um passeio, uma (re)visitação a experiências vividas com os integrantes de uma associação de reciclagem de resíduos sólidos localizada em Porto Alegre, no sul do Brasil, ocorridas em diversos momentos entre os anos de 2004 e 2009.

É importante ressaltar que durante o passeio proposto não seguiremos uma linha cronológica contínua: em determinados momentos avançaremos para vivências que ocorreram 'mais tarde', enquanto que em outros (re)lembraremos situações ocorridas há mais tempo. Essa opção se justifica por buscarmos com que o texto, elaborado a partir da apresentação realizada durante o II Congresso

Internacional de Economia Solidária², fosse produzido em consonância com a apresentação realizada e com a maneira como o compartilhamento das vivências foi afetando o próprio autor.

Ao (re)visitarmos fatos visíveis, bem como algumas das construções e desconstruções de sentidos vivenciadas junto com os integrantes da associação, buscaremos estar sempre atentos aos afetos e transformações nas paisagens que percorremos. Desta forma, o texto que aqui se inicia pode ser entendido como um exercício de realizar uma cartografia, inspirada nos moldes propostos por Suely Rolnik. E o que queremos dizer com isso? De acordo com ela, a cartografia é “um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem” (ROLNIK, 1987; 2006), enquanto que o mapa representaria um todo estático.

Tendo em vista que “o problema, para o cartógrafo, não é o do falso-ou-verdadeiro, nem o do teórico-ou-empírico” (ROLNIK, 1987), este artigo não busca efetuar nenhum tipo de generalização ou de afirmação da verdade, mas retratar a vivência do autor – e aqui também aspirante a cartógrafo – na constituição de territórios existenciais, na análise da constituição dos desejos nos encontros vividos nesse passeio.

Ressaltamos, também, o caráter político e nada neutro deste texto. A escolha de sua temática e de sua forma de construção foram realizadas em prol das causas e valores aspirados pelo autor, pois concordamos com Rolnik (1987) quando ela afirma que a análise do desejo está relacionada “à escolha de como viver, à escolha dos critérios com os quais o social se inventa, o real social. Em outras palavras, essa análise diz respeito à escolha de novos mundos, sociedades novas” (ROLNIK, 1987).

² Realizado nos dias 7 e 8 de Maio de 2009, em Ponta Delgada, Açores, Portugal.

Portanto, esse é o desafio que levamos adiante na construção deste texto: buscar desenhar as transformações das paisagens percorridas em histórias em Porto Alegre, e refleti-las à luz de alguns dos pressupostos da Economia Solidária hoje difundidos. Para tanto, começaremos por apresentar um breve panorama dessa outra economia no Brasil para, em seguida, entrarmos no exercício de cartografia aqui proposto, com histórias em Porto Alegre. Por fim, efetuiremos algumas reflexões relacionadas a valores, sentimentos, sentidos, à possibilidade de debatermos sobre uma ou múltiplas Economias Solidárias no Brasil e, em diversas passagens, reflexões ligadas à construção de sociedades mais humanas, mais baseadas no amor (MATURANA e VERDEN-ZÖLLER, 2009).

Um panorama da Economia Solidária no Brasil

A Secretaria Nacional de Economia Solidária foi criada em 2003 pelo Estado brasileiro, dentro do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE), para ser a responsável pelas políticas públicas relativas a essa outra economia em âmbito federal. De acordo com esta instância governamental, a partir de dados presentes na última versão do Atlas da Economia Solidária, já se contabilizam mais de 21 mil organizações de Economia Solidária no Brasil (SENAES, 2009).

A Economia Solidária (ES) é um conceito elaborado inicialmente por acadêmicos e posteriormente utilizado por instâncias governamentais, organizações não-governamentais e por algumas das organizações efetivamente representantes do que seria esta outra economia.

A nomenclatura Economia Solidária busca dar conta de um fenômeno social que não é exatamente novo, mas que engloba hoje no Brasil iniciativas coletivas que geram trabalho e renda para milhares de pessoas em busca, principalmente, de uma sobrevivência mais digna. Muitas dessas iniciativas encontram-se institucionalizadas

na forma de associações e cooperativas e suas lutas mostram uma tensa luta diária pela sobrevivência e por valores como o igualitarismo, a solidariedade e a autogestão (Singer, 2002). Isso não é tarefa fácil quando a maioria dos estímulos busca naturalizar a competição e o individualismo como valores humanos e quando a desconfiança mostra-se cada vez mais como a atitude inicial para com o próximo.

São diversos os exemplos hoje considerados como de Economia Solidária no Brasil, os quais englobam desde fábricas cujos funcionários assumiram seus controles enquanto elas estavam em processo de falência, organizações (associações ou cooperativas) de pescadores, costureiras, catadores de materiais recicláveis, entre tantos outros.

As iniciativas de ES congregam não apenas diversos tipos de atividades, mas pessoas com diferentes formações, pensamentos, perspectivas ideológicas e motivações. Desta forma, essas organizações refletem no cotidiano, em grande medida, as histórias de vida não apenas de seus fundadores, mas também de seus atuais membros (os quais nem sempre representam as mesmas pessoas).

Em grande parte motivados por pesquisas anteriores (VALENTIM, 2009a), consideramos que ao falarmos de Economia Solidária o mais importante seja talvez olhar não apenas para **o que** é feito pelas diversas organizações, mas principalmente para **como** essas atividades são realizadas.

Histórias em Porto Alegre

Nosso passeio começa pela cidade de Porto Alegre e seguimos agora pela Avenida Padre Cacique, no sentido centro-bairro. A avenida corre paralela ao Rio Guaíba, local de um dos mais belos pôr-do-sóis da capital do Estado do Rio Grande Sul, estado mais ao sul do Brasil.

Ao avistarmos um grande estádio de futebol à nossa direita, é possível reparar nas diversas bandeiras vermelho-e-brancas a tremular ao seu redor: não resta dúvida que estamos ultrapassando agora o estádio do Internacional - reduto dos torcedores 'colorados' -, e muito próximos de nosso destino.

Não demoramos mais que dois minutos para notar, no mesmo lado direito da Avenida Padre Cacique, uma porta com barras metálicas verticais paralelas, as quais não dificultam olhares curiosos na direção do interior da construção ali presente. Atrás da porta, são avistados diversos tipos de materiais separados por tipo, ainda que não seja possível distinguí-los antes de uma aproximação maior. Ao chegarmos mais perto, percebemos que garrafas plásticas, jornais, papelão, isopor e PETs encontram-se separados no espaço interior. Para o olhar de visitantes de classe média ainda não familiarizados com aqueles materiais, todos eles poderiam ser resumidos com apenas uma palavra: lixo.

Chegamos, em pleno mês de agosto de 2008, a uma das mais de dez associações de reciclagem de resíduos sólidos conveniadas com a prefeitura da cidade de Porto Alegre. Dentro do convênio, essas organizações recebem o lixo reciclável proveniente da coleta seletiva municipal e então realizam algumas das etapas iniciais do processo de reciclagem tais como a separação, prensagem e enfardamento, antes de vendê-los. Vale ressaltar que a prefeitura não efetua nenhum pagamento a essas associações pelo trabalho que realizam e, desta forma, a receita financeira dessas organizações coletivas provém da venda desses materiais recicláveis a comerciantes intermediários entre elas e as indústrias recicladoras, os chamados atravessadores.

Ao refinarmos nosso olhar, nos damos conta de que estamos entrando na Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis do Movimento dos Moradores de Rua (ACMDMR), ou simplesmente

'Associação da Padre Cacique', composta hoje por cerca de trinta pessoas que retiram seu sustento daqueles diversos tipos de materiais que vimos desde a entrada. Materiais esses que, para muitos, não representam nada além do indesejável, da sobra, do lixo. Mais do que o sustento diário, o lixo de muitos representa também para aquelas pessoas seu trabalho, um trabalho realizado hoje dentro da associação, de forma coletiva, mas que nem sempre foi assim.

Em 2001, muitas das histórias de vida que hoje encontramos por trás dos portões metálicos na Avenida Padre Cacique tinham como endereço de trabalho e de residência as ruas da cidade de Porto Alegre. Uma parte daquelas pessoas encontrava-se, então, morando nas ruas e trabalhando com resíduos recicláveis, mas de modo diferente. Eles e elas buscavam e catavam nas ruas esses diversos tipos de lixo durante o dia para que, ao fim da tarde ou início da noite, vendessem a carga recolhida a algum comerciante local e assim pudessem conseguir algum dinheiro para realizar, muitas vezes, a única refeição diária.

O grupo foi se constituindo, assim, na trajetória e no cruzamento de suas vidas pelas ruas da cidade, pois se o trabalho de catação era feito de maneira solitária ou quase solitária, na hora em que essas pessoas se preparavam para o merecido descanso diário - em alguma rua ou praça da metrópole gaúcha -, uniam-se em grupos. Ainda que cada uma daquelas pessoas possuísse poucos bens materiais, era sempre necessário, durante o período de sono, que alguma ficasse acordada e 'de olho' nos pertences das demais, enquanto aquelas descansavam e repunham as energias para mais um dia de trabalho a vir: a vida nas ruas de Porto Alegre não era considerada segura para quem nela vivia, o que exigia estratégias de sobrevivência coletivas. Dessa forma, a partir do cuidado mútuo, principalmente durante as horas de descanso, foram se aprofundando laços do que poderíamos chamar de solidariedade, coleguismo, amizade.

Mesmo com esses laços, como dito anteriormente, a vida e o trabalho nas ruas não era nada fácil. Com o intuito e a necessidade de buscarem condições mais dignas de trabalho, moradia e vida, e estimulados em grande parte pelo engajamento de Sônia - assistente social de formação e 'mãe', amiga e conselheira para muitas daquelas pessoas na prática cotidiana -, se mobilizaram coletivamente no decorrer do ano (de 2001) e ocuparam a área pública na qual estão localizados até hoje, na Avenida Padre Cacique.

Inicialmente sem recursos financeiros ou materiais para a construção de suas moradias, logo após a mencionada ocupação, os integrantes da futura associação construíram tendas cobertas com lonas pretas para que tivessem condições mínimas de lá dormir, situação esta que se estendeu até que aos poucos conseguissem os materiais necessários para erguer suas atuais moradias: a maior parte delas feita com madeira.

Se podemos dizer, então, que foi em 2001 que o grupo que deu origem à ACMDMR tomou sua primeira ação coletiva concreta na direção da formação da associação, foi apenas em 2003 que o resultado dessa organização e mobilização coletivas se institucionalizou formalmente sob o nome que até hoje mantém. A institucionalização ocorreu principalmente para que o grupo pudesse assinar um convênio com a prefeitura da cidade de Porto Alegre. Como na época o coletivo era constituído por um número menor de integrantes do que o exigido pela legislação brasileira para a abertura de uma cooperativa, seus integrantes decidiram então se institucionalizarem sob a forma jurídica de associação.

Atentando-nos à temática da Economia Solidária, uma coisa é fundamental de ser salientada: percebemos que desde o início esse grupo não se uniu exclusivamente em função do trabalho, mas também em função de questões relacionadas à moradia. Se olharmos

para a ACMDMR tal como ela hoje se configura, notaremos que trabalho e moradia dentro do espaço da associação convivem ainda lado a lado para diversos de seus integrantes. Ao contrastarmos isso com a maneira pela qual o grupo se organizou e mobilizou coletivamente, torna-se nítido que a preocupação de unir trabalho e moradia esteve presente desde o início. É importante mencionar também os laços de confiança existentes previamente entre boa parte de seus integrantes, na época que viviam nas ruas da cidade.

Por um lado, o fato da associação em questão se constituir, portanto, desde o seu início em um espaço de trabalho, convívio e moradia, pode trazer maior complexidade para que se analise a organização do que se ela for tratada apenas como um local de trabalho. Por outro lado, optar por não levar em conta essas outras nuances que fazem parte dela de maneira inseparável será sinônimo de escolher um caminho reducionista e, principalmente, desrespeitoso para com as histórias de vida dos integrantes e da própria associação.

Parece importante, para analisarmos uma organização como essa, que tenhamos em mente a diversidade de histórias de vida de seus membros e das relações que estabelecem entre si e com os quais se tornam lideranças. Aliás, a própria questão de como a liderança surge em um grupo como esse já mereceria uma atenção especial, que não pode estar restrita apenas ao visível, apenas ao observável pelo olho da racionalidade, apenas ao interrogável em questionários de investigação.

Como já mencionado, antes de 2001 cada uma dessas pessoas encontrava-se a trabalhar e a residir nas ruas de Porto Alegre, mas cada uma delas por razões e motivações diferentes: histórias de vida diversas as levaram a ali estar juntas naquele período. Desta forma, cada uma delas encarava de maneira distinta a sua situação “na rua”, inclusive com diferentes expectativas, ritmos e horários de atividades.

Da mesma maneira, relacionavam-se de modos diferentes com vícios, com o trabalho, com as demais pessoas e com a própria perspectiva de organizar-se coletivamente.

Mas como foram e são estabelecidos os horários de trabalho, as regras da associação, os sistemas de pagamento dos integrantes? Ou seja, como foi e é efetuada a gestão da organização? Sempre a partir dos integrantes do grupo. Alguns destes, além de trabalharem nas atividades de reciclagem, também realizam tarefas relacionadas à administração da associação, e por vezes lideram o caminho. Neste ponto, Sônia, assistente social, também tem um papel fundamental. São também realizadas assembleias quinzenalmente ou quando julgadas necessárias, nas quais são debatidas mudanças, adequações, insatisfações e propostas. Embora nem todos participem com a mesma frequência e da mesma forma, algo parece importante: todos têm a possibilidade de falarem e serem ouvidos, bem como de influírem no modo como o trabalho se organiza dentro da associação, inclusive relativamente às tarefas que nela desejam desenvolver. Cada pessoa representa um voto quando é necessário realizar alguma votação, independente de quem seja ou do que faça dentro da ACMDMR.

Antes da organização formal em associação e da assinatura do contrato mencionado anteriormente com a prefeitura municipal de Porto Alegre para recebimento dos resíduos sólidos provenientes da coleta seletiva, a maior parte do material que constituía a 'matéria-prima' de trabalho da ACMDMR provinha da catação nas ruas realizada por seus membros.

É interessante notar como, a partir de então foi mudando o próprio trabalho realizado pelos integrantes da associação. Antes a catação e a coleta dos resíduos eram as principais atividades e majoritariamente realizadas fora da sede física da ACMDMR.

Entretanto, na medida em que a associação passou a receber o lixo proveniente da coleta municipal seletiva diretamente em suas instalações, as atividades passaram a estar mais relacionadas à separação, pesagem, prensagem e busca de compradores diferentes para os materiais, e a serem realizadas majoritariamente dentro da sede da organização, o que obrigou seus integrantes a terem um convívio ainda maior uns com os outros.

Não obstante, a ACMDMR também vem se dedicando nos últimos anos a buscar outras fontes de materiais recicláveis, principalmente por meio do contato com empresas privadas da região na qual se encontra localizada. Dito de outra maneira, diversas empresas localizadas no Sul do Brasil vêm destinando o que para elas é lixo à ACMDMR, como o caso de um supermercado e de uma indústria de bebidas.

O supermercado destina semanalmente uma significativa quantidade de papelão e isopor para diversas associações de reciclagem de Porto Alegre, num sistema de rodízio através do qual cada uma é contemplada por vez. Dessa forma, o supermercado 'doa', a título de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), um material que representa muito em valor econômico para associações que o recebem, e ao mesmo tempo se livra dos encargos financeiros e trabalhistas de ter que dar uma destinação final a tais materiais considerados lixo.

No caso da indústria de bebidas, diversos de seus *freezers*, após o fim da vida útil em bares, lanchonetes e restaurantes, são encaminhados para a associação, com algumas condições. A indústria solicita à organização que desmonte os equipamentos e que, após esse procedimento, retire a sucata metálica para sua posterior comercialização em benefício da própria associação. Entretanto, alguns dos outros componentes dos *freezers*, ainda passíveis de

serem re-ciclados, ou seja, reutilizados, reinseridos no ciclo produtivo da empresa, devem ser devolvidos à indústria, de acordo com os contratos celebrados entre as partes. Vale ressaltar que a associação não recebe nenhum tipo de pagamento pelo serviço realizado. Aonde começa a RSE? Onde fica o encontro entre a necessidade de uma vida digna das pessoas e as necessidades de publicidade e propaganda das grandes empresas privadas?

Não podem ser desprezadas as parcerias estabelecidas também com instâncias governamentais em nível federal. A ACMDMR possui protocolo firmado com a Justiça Federal há mais de quatro anos, por meio do qual recebe em suas dependências alguns apenados, a maior parte dos quais com educação universitária completa, sentenciados com penas alternativas. Em contrapartida, a associação tem direito a ter acesso a fundos federais para aquisição de máquinas e equipamentos, tais como prensas e balanças.

A ACMDMR parece ter a expectativa de que esses apenados que recebe em suas dependências possam vir a contribuir ocasionalmente com seus conhecimentos para a associação. Ao mesmo tempo, em diversos momentos, ela mostra que os conhecimentos universitários, acadêmicos, muitas vezes se mostram insuficientes e até mesmo inadequados para a consolidação de uma organização que não pode ser considerada uma empresa privada 'tradicional'. Nesse sentido, vale lembrar uma passagem vivida relativa a isso dentro da Associação da Padre Cacique.

Um apenado bacharel em Administração foi recebido pela organização e julgou então que a produtividade não estava 'otimizada'. Sugeriu, então, que fosse criado um posto de controle, ou seja, uma posição mais alta no centro do galpão de trabalho, na qual ficaria um dos trabalhadores em pé de modo a fiscalizar e controlar o trabalho dos demais, com a intenção de que se reduzissem conversas,

fofocas, desatenções e assim a produtividade aumentasse. Felizmente a sugestão foi imediatamente descartada pelos integrantes da associação e jamais implantada.

Uma situação como a explicitada acima mostra nitidamente a realidade da maioria dos cursos universitários de Administração no Brasil, que buscam continuamente formar profissionais destinados à reproduzirem e naturalizarem valores tais como a competição, o controle e a primazia do financeiro frente às demais esferas da vida. Nesse sentido, parece interessante (e urgente) refletirmos sobre a necessidade de projetos que caminhem em outras direções, inclusive dentro desse próprio curso universitário.

Entre 2004 e 2005, tentou-se efetuar na Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, também em Porto Alegre, um programa chamado 'Residência Solidária'. Nele, alunos desse curso universitário realizavam, sempre em duplas, uma espécie de estágio em associações e cooperativas consideradas de Economia Solidária com duração de quatro a seis meses nos quais eram construídos projetos coletivos entre os alunos e os integrantes dessas organizações.

Se por um lado buscava-se tentar, de alguma forma, contribuir para a consolidação dessas organizações com conhecimentos relativos à área da gestão, por outro lado tinha-se plena consciência de que estes conhecimentos não poderiam ser 'importados' para dentro delas, sob o risco de apenas contribuir para sua descaracterização e para a reprodução de valores como os da lógica capitalista anteriormente mencionados. Desta forma, o que se pretendia era que ocorresse uma construção conjunta de novos conhecimentos que pudessem contribuir com a administração cotidiana dessas organizações de Economia Solidária, ou seja, não mais aqueles conhecimentos ensinados na

Universidade, mas outros, que pudessem ser criados nesse espaço entre os alunos e os integrantes das associações e cooperativas.

Reflexões, valores, sentimentos, sentidos

Boa parte das pessoas que desde 2001 se organizaram coletivamente na iniciativa analisada neste texto encontra, até hoje, algumas dificuldades para conseguir se adequar aos ritmos, horários, regras e normas do trabalho institucionalizado dentro da associação nos moldes lá desenvolvidos. Não restam dúvidas de que estas 'dificuldades de enquadramento' nas normas de trabalho da organização devem-se, em boa parte, às histórias de vida de cada uma dessas pessoas. E como poderíamos, então, analisar essas características? A solução mais imediata poderia ser a de buscar maneiras de fazer com que essas pessoas efetivamente se enquadrassem dentro daquilo que boa parte da sociedade espera em termos de normas de conduta no trabalho. Podemos pensar em outras?

Se olharmos para a dinâmica de funcionamento das funções dentro da Associação da Padre Cacique, notamos que em diversos momentos, algumas pessoas trocam de funções, por não se adaptarem a elas, ainda que após essa troca seus níveis de produtividade possam ser considerados menores em relação ao estado anterior. Dessa forma, parece que é importante refletirmos sobre uma questão: o que é eficiência dentro de uma organização como essa? O que podemos chamar de uma 'boa produtividade'?

Com base em que instrumentos, indicadores e visão de mundo podemos avaliar experiências como a descrita neste texto? Não restam dúvidas de que, ao menos a partir dessa organização, nem sempre a maior produção econômica é colocada como meta. Parecem haver afetos que pedem passagem, parece existir uma necessidade de que não caiamos na armadilha de julgá-las a partir dos indicadores

utilizados na avaliação de empresas 'tradicionais', sob pena de que esses afetos sejam aprisionados, quem sabe dando lugar a outros relacionados à lógica desumanizadora da competição, do controle, da vaidade e da busca selvagem pela acumulação financeira. Talvez precisem ser criadas novas formas de avaliar essas organizações e, inclusive, novas formas de falar sobre elas e analisá-las.

Olhemos por um momento para as lideranças de uma associação como a da Padre Cacique, mais especificamente para Sônia: uma assistente social que há tanto tempo acompanha o grupo desde sua trajetória nas ruas de Porto Alegre e que hoje é uma das líderes da ACMDMR, embora se intitule como assistente técnica da organização. Como pensar em sua posição de liderança sem sentir o carinho que existe nas relações entre ela e diversos dos integrantes da associação? Como não dar passagem à relação por vezes maternal estabelecida com alguns deles e de forte amizade com outros? Nesse sentido, pensar em Economia Solidária – se desejarmos manter esse conceito – exigirá de nós um esforço no sentido do alargamento da maneira como olhamos para as pessoas, como convivemos com elas, bem como do que entendemos por pesquisa e dos modos de realizá-la. Isto, claro, se o rigor científico for entendido como, acima de tudo, respeito às pessoas que constroem conosco o que chamamos de ciência.

Se consideramos que uma associação como a aqui mencionada pertence à chamada Economia Solidária, é possível falar nesta outra economia dando atenção exclusiva às relações de trabalho nela existentes e desprezando (ou dando atenção reduzida) relações que entrecruzam essas próprias relações de trabalho tais como as de amizade, liderança, família, vizinhança? Qualquer tentativa nesse sentido poderá mostrar-se amplamente redutor e, principalmente, desrespeitoso para com seus integrantes e o projeto de vida que ali constroem.

Em um país com dimensões continentais como o Brasil, diferentes atores sociais tais como o Estado, ONGs, corporações e Universidades possuem diferentes entendimentos do que vem a ser Economia Solidária e, conseqüentemente, maneiras diversas de lidar com este fenômeno social, seja em termos de projeto político, econômico ou social. Reafirmamos que, como conceito criado por acadêmicos durante a década de 1990, a Economia Solidária no Brasil não possui definições consensuais nem entre esses próprios acadêmicos, as quais variam de acordo com seus valores, visões de mundo, entendimentos da própria profissão e objetivos de vida.

Como mencionado anteriormente, quando analisamos experiências como essas, o mais importante talvez seja olhar não apenas para o que é realizado em termos de atividades, mas principalmente para os modos como essas atividades são realizadas.

Com base na reflexão acima e no passeio que realizamos, para além da diversidade de exemplos, mudanças e sentidos existentes nas múltiplas experiências coletivas que buscam valores tais como a solidariedade e o igualitarismo no Brasil, parece-nos mais nítida a noção de que podem existir tantas Economias Solidárias quantas fizerem sentido para as pessoas que delas participam de algum modo. Principalmente ao ter-se em mente que conceitos devem ser criados para explicar acontecimentos, e não a essência imutável do que quer que seja (Deleuze, 1992: 37), “precisamos ainda construir conceitos capazes de movimentos intelectuais” (Deleuze, 1992: 152), não apenas movimentos em si mesmos, nos próprios conceitos, mas que também se movam em nós, a partir de novos afetos que inspirem em nossas vidas.

Nos últimos quinze anos muito tem sido investigado, analisado, e escrito sobre a Economia Solidária no Brasil em diversas áreas de conhecimento tais como (mas não limitantes a) Sociologia, Psicologia,

Antropologia, Administração, Serviço Social, Economia e Saúde Coletiva. Entretanto, é ainda pequena a parcela de estudos que busca investigar o que a Economia Solidária representa para as pessoas que dela fazem parte de acordo com as vozes, sentidos e entendimentos dessas pessoas. Neste sentido, resta ainda perguntarmos: as pessoas integrantes de organizações consideradas como de ES se reconhecem como parte desta outra economia? Elas sabem do que se trata a Economia Solidária? Em suas opiniões, o que a ES representa para elas?

Como já referimos algumas vezes no transcorrer deste texto, 'Economia Solidária' é um conceito criado por acadêmicos para dar nome a um fenômeno social e, nesse sentido, no mínimo dois pontos ainda parecem carecer de uma maior atenção nas pesquisas sobre a temática:

a) a necessária humildade para entendermos e admitirmos o quão ignorantes somos quando tentamos construir um conhecimento 'verdadeiro' ou 'correto' sobre a Economia Solidária baseados nos rígidos princípios da ciência moderna;

b) pesquisas que abordem auto-críticas, ou seja, dedicadas à análises críticas sobre o papel dos pesquisadores e acadêmicos envolvidos com a co-construção dessa outra economia, tal como proposto em um estudo anterior (Valentim, 2009b).

No sentido do item b) supra mencionado, qual a importância de praticar o que pregamos? Pode a Economia Solidária, como projeto político baseado em outros valores, ser tratada como um 'objeto' de investigação e, neste sentido, buscar-se a suposta neutralidade e o distanciamento dos pesquisadores, sem necessariamente existir a prática desses valores defendidos pelos que os defendem cientificamente?

Questões como estas podem ter grande relevância para debatermos um tema como a Economia Solidária nos Brasis de hoje: sociedades nas quais o capitalismo desenvolve-se como lógica dominante, não apenas como um sistema de produção econômica, mas como regime de produção de mundos e sentidos, motivo pelo qual é chamado por alguns de capitalismo cognitivo (Lazzarato, 2006). Não é demasiado lembrar que “é fundamentalmente das forças subjetivas, especialmente as de conhecimento e criação, que este regime se alimenta” (Rolnik, 2006: 13-4).

E, se a Economia Solidária for compreendida como possuidora de um projeto político que busque valores tais como a solidariedade, o igualitarismo e a autogestão, parece ainda mais importante que tais debates sejam realizados. Aprofundar questões como essas parece importante para que aqueles que lidam com o conceito, com essa outra economia, não caiam na armadilha de, ao se deslumbrarem com a celebração de sua força de criação e de sua postura transgressora e experimental, e fascinados com o prestígio daí proveniente, se entregarem voluntariamente à cafetinagem promovida por essa lógica, tornando-se “os próprios criadores dos mundos fabricados para e pelo capitalismo nesta sua nova roupagem” (Rolnik, 2006: 18).

Por fim, tendo em vista que, como mencionado desde o início, não buscamos aqui fornecer respostas, mas incitarmos perguntas, talvez um dos múltiplos caminhos possíveis para dar prosseguimentos às questões levantadas até aqui, seja questionarmos de que maneiras histórias como as construídas no decorrer desse texto afetam cada um de nós, nossos desejos e sentidos, como pesquisadores, como cidadãos, como seres humanos. O que provocam em nós? Que sentidos (des)constroem? Que afetos pedem passagem? O que pretendemos? Que terrenos se desestabilizam e quais outros ganham sentido a partir da vivência das diversas experiências rotuladas como de Economia Solidária? Que tipos de relações desejamos construir?

Nossos comportamentos estão andando na mesma direção de nossas aspirações?